

Maio indicou o fim da candidatura do PMDB à presidência da República. A greve de fome do ex-candidato Garotinho foi o episódio burlesco de uma trama cuja conclusão já é conhecida. Os interesses regionais, de manutenção de governos estaduais e de eleição de expressivas bancadas se sobrepõem à tese de que o PMDB possa se constituir como um partido nacional, unificado, situado ao centro do espectro político. Na história recente do Brasil, desde a derrota de 1989, o PMDB abdicou de um projeto nacional e é assim que ele é compreendido pelos agentes políticos e pelo eleitorado.

Com a manutenção da verticalização para estas eleições, o cenário da disputa é de forte polarização entre PT e PSDB no plano nacional, e essa polarização terá muita influência sobre as disputas estaduais. Falta ainda a confirmação das candidaturas presidenciais do PDT e do PPS. De qualquer modo, essas definições não alteram significativamente o cenário das disputas.

O espaço para a candidatura do PSOL diminuiu. Sua campanha anti-Lula corre o risco de sofrer forte rejeição popular. Todas as pesquisas de intenção de voto revelam que a candidatura Lula é amplamente majoritária entre os setores mais pobres da população, o que retira do discurso oposicionista pretensamente à esquerda a tese de que o PT governa igual ao PSDB, favorecendo os “ricos e poderosos”. Além disso, a grande possibilidade de a eleição ser resolvida já no 1º turno leva a que uma parcela do eleitorado que tinha intenção de votar no PSOL reveja a posição e se incline a impedir o retorno da coligação neoliberal.

Interesses regionais

Inicia-se, agora, a corrida para as coligações estaduais. O PMDB cindido é disputado aos pedaços. Apesar de autorizada pela resolução sobre alianças do último Encontro Nacional do PT, a relação com o PMDB transmite confusão para as disputas estaduais, podendo levar ao enfraquecimento de candidaturas petistas ou mesmo ao risco de não haver candidaturas próprias do PT.

A fragmentação do PMDB não é só entre governistas e oposicionistas. É um emaranhado de relações políticas entre chefes regionais, bastante distantes das idéias republicanas. Vejamos o caso do governista senador Renan Calheiros do PMDB de Alagoas. Lá, ele apóia para o governo o senador Teotônio Vilela Filho, do PSDB. A candidata do PT é Lenilda Lima, que enfrentará dois usineiros, o já citado e João Lyra do PTB/PFL.

O senador José Sarney, do PMDB do Amapá, também governista, apóia para o governo do Maranhão a sua filha, senadora Roseana Sarney, do PFL.

Em São Paulo, o presidente nacional do PMDB, Michel Temer, parece aceitar compor com o candidato José Serra do PSDB. O ex-governador Orestes Quércia parece querer voltar a ser senador. A vaga que está em disputa é a de Eduardo Suplicy, do PT. É impensável, para o PT, abrir mão da candidatura de Suplicy.

{mosimage}

Dada a largada. Lula discursa para os participantes do 13º ENPT

No Rio de Janeiro, o PMDB é da governadora Rosinha Mateus e do ex-presidenciável Garotinho. Não apóiam Lula nem Vladimir Palmeira, candidato do PT ao governo do estado. Nota histórica: é bom lembrar que, em 1998, o então campo majoritário da direção nacional do PT ordenou a intervenção no PT do Rio. Impedia a candidatura do PT ao governo, com Vladimir Palmeira, e obrigava a coligação com Garotinho (então no PDT), tendo Benedita da Silva na vice. A chapa foi eleita e, depois de pouco mais de um ano, o PT rompeu com o governo.

Em Pernambuco, o atual governador Jarbas Vasconcelos, do PMDB, apóia o PFL ao governo do estado. Lá, o campo da esquerda tem duas candidaturas: Humberto Costa do PT e Eduardo Campos do PSB. Os dois apóiam Lula.

Nos três estados do sul, governados pelo PMDB – todos os governadores são candidatos à reeleição -, o PT tem candidatura. No Rio Grande do Sul, Olívio Dutra para o governo e Miguel Rossetto para o Senado. A vice será Jussara Cony, do PC do B. Em Santa Catarina, José Fritsch é novamente candidato ao governo. E no Paraná, o senador Flávio Arns é o candidato ao governo e Gleisi Hoffman ao Senado.

No Distrito Federal, o campo de esquerda também terá duas candidaturas, Arlete Sampaio do PT, atual deputada distrital e ex-vice-governadora, e o ex-ministro dos Esportes, Agnelo Queiroz, do PC do B.

E tem mais

No Amazonas, o governador Eduardo Braga, do PMDB, é pró-Lula. A vaga em disputa no Senado é do famoso Gilberto Mestrinho, também do PMDB. O PT tende a formar uma coligação com o PC do B, o PSB e o PL, inviabilizando, assim, a coligação com o PMDB, que lançará a candidatura a senador do ex-ministro do governo Lula, Alfredo Nascimento, do PL. A maioria do PT do Amazonas quer apoiar a reeleição do governador Eduardo Braga, e para que isso se realize, o mais provável é que a coligação PT, PC do B, PSB e PL não apresente candidatura ao governo.

A maioria do PT no Tocantins tende a apoiar a reeleição do governador Marcelo Miranda, do PMDB, numa frente contra Siqueira Campos. Em Roraima, a maioria do PT tende a apoiar a candidatura do senador Romero Jucá, do PMDB, ao governo.

Na Bahia, a candidatura de Jacques Wagner pode se constituir numa aliança anti-ACM, atraindo o apoio do PMDB e do PTB. Resta saber como notórios oposicionistas, tipo Geddel Vieira de Lima, do PMDB, se converterão em apoiadores de Lula.

É por tudo isso que a aprovação da política de alianças nos termos em que se deu na resolução do 13º Encontro Nacional do PT (ver artigo das páginas 4 e 5) não encontra legitimidade no conjunto dos estados, onde, em boa parte dos casos, o PT está em trincheiras opostas às desses partidos de direita, além do próprio PMDB.

Com a aliança entre PT, PC do B e PSB definida, o momento é de adiantar a construção do programa de governo, compor uma coordenação de campanha e, fundamentalmente, restabelecer o compromisso programático do PT com as mudanças. Ainda não se estabeleceu nacionalmente um discurso e uma prática de campanha com base nas definições de diretrizes programáticas do 13º Encontro Nacional do PT. Essa é a questão mais decisiva nesse momento.

Leia mais:

– [São Paulo. Boas perspectivas de avanço](#)